

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Atenção na bomba.....	2
Título: Nada de novo no front.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Participantes de fundos questionam reestruturação da Vale	6
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Colômbia e Peru enfrentam veto popular à mineração	8
Título: Novo comando de Furnas	10
Título: Minoritário da Emae quer barrar acordo	10
Título: Ana Veloso deixa Light após conflito com controlador	12
Título: Petrobras e Sete Brasil	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Atenção na bomba**

Quadrilhas usam chips para alterar volume. Fiscalizações apontam aumento de fraudes.

Ficar de olho no combustível na hora de abastecer nunca foi tão importante. E a preocupação não se resume à qualidade da gasolina e do álcool: vêm aumentando as fraudes nas bombas, que marcam um volume de combustível maior que o efetivamente colocado no tanque do automóvel. O alerta é da Fecombustíveis, que reúne os cerca de 42 mil postos do país, preocupada em combater empresários inescrupulosos e, principalmente, quadrilhas que agem na adulteração das bombas de combustíveis. Os esquemas de fraude acompanharam o avanço da tecnologia, tornando-se mais sofisticados.

Especialistas em informática violam o lacre da bomba e instalam um microprocessador (chip) que altera o seu giro e, conseqüentemente, o valor a ser pago. De acordo com a Fecombustíveis, essa fraude costuma girar em torno de 10% do volume fornecido, ou seja, o consumidor recebe 10% a menos de combustível do que o informado na bomba. Assim, se ele colocar 50 litros de gasolina a R\$ 3,572 o litro, pagará R\$ 178,60 — mas receberá apenas 45 litros. Um prejuízo de R\$ 17,86. Já os ganhos de um posto médio, que venda cerca de 300 mil litros de gasolina por mês, podem passar de R\$ 100 mil — considerando-se que ele cobrou, sem vender, cerca de 30 mil litros.

PIORA NA CRISE ECONÔMICA

Dados exclusivos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) apontam que, só no primeiro trimestre deste ano, em 2.764 ações de fiscalização feitas pelo órgão em postos revendedores, foram lavrados 833 autos de infração por diversas irregularidades. Destes autos, 49 se referiam a irregularidades nas bombas, ou seja, 5,9% das autuações. No mesmo período do ano passado, haviam sido detectadas 46 bombas irregulares nos postos.

Ainda segundo os dados da ANP, em 2016 foram lavrados 4.009 autos de infração em postos, dos quais 172 se referiam a bombas com irregularidades na medição, ou seja, 4,3% do total. Mas os números das fraudes são bem maiores. As bombas são lacradas e sofrem vistorias anuais do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), por meio dos Institutos de Pesos e Medidas (Ipems) estaduais. A ANP não tem autorização legal para abrir as bombas a fim de verificar se há alguma irregularidade. Nas operações de fiscalização, a agência

faz os testes da bomba por meio de um balde aferidor lacrado, que tem capacidade de 20 litros. O problema é que, quando chegam os fiscais da ANP, esse mecanismo de fraude na bomba pode ser desligado por controle remoto. Então, uma fiscalização mais rigorosa das bombas e a identificação dessas fraudes eletrônicas fica nas mãos dos Ipems.

Os estados de São Paulo e Paraná têm registrado uma quantidade maior desse tipo de fraude, feita não só por empresários que agem de má-fé, mas também por quadrilhas. De acordo com dados do Ipem de São Paulo, de janeiro a abril deste ano, em 3.844 postos fiscalizados, foram inspecionadas 46.063 bombas, das quais 2.742 foram reprovadas por irregularidades e fraudes. Em todo o ano passado, foram vistoriadas 129.473 bombas de combustíveis no estado, das quais 8.325 foram reprovadas por irregularidades. Em 2015, o total de bombas reprovadas foi de 7.241. O Ipem do Estado do Rio também tem encontrado bombas com fraudes, mas em número bem menor.

Segundo dados do Ipem-RJ, no ano passado foram identificadas entre 35 e 40 bombas fraudadas com chips, em três postos de combustíveis nos bairros da Zona Norte do Rio — Méier, Jacarepaguá, e Pilares —, de uma vistoria em cerca de 25 mil bombas em todo o estado. Este ano, no entanto, foram encontradas fraudes em 30 bombas em dois postos (em Duque de Caxias e Jacarepaguá) com adulteração eletrônica. Já nas fiscalizações realizadas pela ANP este ano, dos 49 autos de infração por fraude em bombas, 13 eram no Estado do Rio. — É impressionante, mas parece que nos momentos de crise várias coisas pioram.

A partir de 2015, sentimos uma piora nos números. Nós percebemos, principalmente em São Paulo, que, em função da crise, muitos postos foram vendidos e agora estão nas mãos do crime organizado, que usa pessoas como laranjas — afirmou Paulo Miranda, presidente da Fecombustíveis. Ele ressaltou que o setor está em entendimento com os Ipems para que estes passem a separar os autos de infração dados a bombas que eventualmente apresentaram algum defeito daquelas que foram efetivamente fraudadas com a instalação de um chip, ou algum outro equipamento para adulterar seus resultados. O superintendente do Ipem-SP, Guaracy Fontes Monteiro Filho, conta em detalhes como funciona o esquema fraudulento.

Um chip instalado na bomba faz com que o visor desta marque mais combustível do que o que realmente está sendo colocado no tanque. Os infratores costumam fazer isso nas bombas mais utilizadas pelos consumidores, ou apenas em alguns bicos, para despertar menos suspeitas. O sistema é acionado à distância, por meio de aplicativos em celulares ou por controle remoto. Monteiro Filho explicou que, em São Paulo, as fiscalizações detectaram uma média entre 10% e 12% menos combustível do que o informado na bomba. Ele disse que às vezes o chip é instalado dentro da bomba, no pulser — equipamento que faz o giro da

quantidade que está sendo colocada no tanque do automóvel. Em outras, é colocado dentro da fiação (chicote) existente entre a placa e o pulser.

— Eles variam para dificultar a sua descoberta. Não é uma coisa simples, mesmo os fiscais dos Ipems no Brasil não conseguem pegar. São poucos que conseguem identificar, por isso estamos capacitando mais técnicos do Brasil inteiro, no laboratório em São Paulo. E uma fraude da ordem de 10% a 12% do combustível é imperceptível para o motorista — disse Monteiro Filho. Todo posto tem o balde medidor especial, lacrado pelo Inmetro, e é obrigado a fazer o teste caso algum consumidor peça. O superintendente do Ipem-SP explicou que, em geral, a pessoa que faz a fraude é alguém que já trabalhou nas fábricas ou oficinas autorizadas que consertam bombas, ou é alguém com conhecimento de eletrônica.

EM SP, AÇÃO CONJUNTA

Para combater o crime, o estado de São Paulo acaba de sancionar uma lei para cassar a inscrição estadual dos postos que forem pegos com fraudes nas bombas. O Ipem-SP criou, no fim do ano passado, a operação Olhos de Lince, feita em conjunto com outros órgãos, como a Secretaria estadual de Fazenda, o Procon, a Polícia Civil e a ANP. — Acredito que esse tipo de fraude esteja espalhado pelo Brasil, não é restrito a São Paulo, já se detectou no Paraná — destacou Monteiro Filho. O Sindicom, que reúne as distribuidoras, lançou a campanha Combustível Legal, que reúne todos os órgãos envolvidos no combate às fraudes do setor, desde sonegação de impostos e adulteração de combustíveis à manipulação das bombas.

O presidente do Ipem-RJ, Manuel Rampini, contou que, para fazer frente à sofisticação cada vez maior dos fraudadores, os técnicos do instituto têm feito treinamentos constantes no laboratório do Inmetro em Xerém e no novo laboratório do Ipem-SP. Rampini aconselha que os consumidores desconfiem se o preço do combustível for muito inferior ao dos demais postos. E, se forem abastecer em um posto de bandeira branca — que não é vinculado a nenhuma distribuidora —, que optem por aqueles já conhecidos, ou que peçam para testar o combustível. — Quando tem bandeira de uma distribuidora, a própria empresa nos auxilia na fiscalização. Quando não tem bandeira, o posto compra combustível de qualquer um, fica mais complicado — afirmou o presidente do Ipem-RJ.

NECESSIDADE DE POLÍTICA DE GOVERNO

Os setores de revenda e distribuição têm feito um esforço concentrado com órgãos de fiscalização para combater a fraude nas bombas. No mês passado, o Ipem-SP inaugurou um laboratório voltado para fraudes eletrônicas, cada vez

mais sofisticadas, e treinar os técnicos na identificação dessas irregularidades. O presidente do Inmetro, Carlos Augusto de Azevedo, disse que, como as fraudes estão evoluindo na esteira dos avanços tecnológicos, o seu combate também tem de se sofisticar, com laboratórios específicos e treinamento intensivo dos técnicos.

— A fraude nas bombas de combustíveis está em cerca de 3% a 5% do total, estimado em torno de 90 mil unidades em todo país. Hoje, as fraudes têm um grau muito grande de sofisticação. Na medida em que se aperta a fiscalização nas bombas de gasolina, eles correm para cigarros, e daí correm para a fraude nos remédios. São profissionais da fraude. É preciso ter uma política de governo para combater a fraude em todas as áreas — afirmou Azevedo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: George Vidor

Título: Nada de novo no front

O cenário político continua sem horizonte, mas ao menos a economia está se ajustando

Em recente palestra, Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, resumiu muito bem o atual cenário brasileiro: as coisas até que estão se ajustando na economia, mas na política ficamos sem horizonte. A atração doentia dos políticos tradicionais do país pela corrupção vai varrendo do mapa aqueles que eram vistos como potenciais governantes ou peças importantes dentro do Congresso. Quem vamos eleger para presidente, governador, senador, em 2018?

Ao que tudo indica, terá de ser um tiro no escuro, sem ligação com esse passado político tenebroso, mas também sem comprovada capacidade para lidar com os problemas que o Brasil precisa enfrentar. Alguém consegue enxergar um “Macron” (o jovem presidente da França, que teve uma ascensão meteórica na política, e até o momento está surpreendendo positivamente) nesse horizonte brasileiro? Diante de um quadro tão pobre de nobres lideranças, há quem sugira que, em vez de eleições gerais, promovamos um grande concurso nacional para escolha dos futuros governantes.

É uma piada, mas reflete bem a atual falta de perspectiva no cenário político. Desmoralizado política e pessoalmente pelo seu envolvimento com o lamaçal em que estão mergulhados os principais partidos do país, o presidente Michel Temer só consegue se manter no Palácio do Planalto por que de fato a sociedade não vislumbra quem possa tocar o barco até 2018, em uma transição satisfatória até as eleições gerais de outubro do ano que vem. Por sorte, talvez, ou por cansaço,

a economia não está deixando se contaminar pela crise política. A equipe econômica que Temer nomeou tem respeitabilidade e vem entregando resultados pelo lado macro.

A inflação recuou ou estacionou em um patamar que possibilita forte corte nas taxas de juros, o componente que ainda falta para eliminar a anemia do consumo e do investimento. As contas externas estão em razoável equilíbrio. No segundo semestre, que já se aproxima, teremos boas notícias vindas do setor de óleo e gás. O campo gigante de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, começa a produzir comercialmente, e haverá, em setembro e outubro, duas rodadas de licitações que podem atrair mais investidores. É a tábua de salvação que o Estado do Rio de Janeiro aguarda ansiosamente.

Mal ou bem, as instituições estão funcionando. Restam esperanças de que o Congresso, ainda nesta legislatura, possa aprovar as reformas, inclusive a da Previdência, já que não se trata mais de uma questão política, e sim de pura aritmética. No mais, sigamos em frente (o título da coluna é uma referência à obra-prima de Erich Maria Remarque, que descreve o drama das trincheiras alemãs na Grande Guerra, de 1914 a 1918; o filme, de mesmo nome, é também muito bom). (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Josette Goulart

Título: Participantes de fundos questionam reestruturação da Vale

Avaliação é de que prêmio para abrir mão do controle da mineradora não é justo; assembleia deve ocorrer amanhã.

Às vésperas da assembleia de acionistas que vai decidir o futuro societário da empresa mineradora Vale, participantes de fundos de pensão começaram a se mobilizar para tentar derrubar a proposta que põe fim ao bloco de controle na companhia. Alguns participantes, na pessoa física, entraram com representações em diferentes órgãos, incluindo o Ministério Público Federal (MPF), pedindo a suspensão da Assembleia-Geral de Acionistas (AGE) prevista para acontecer amanhã ou seu posterior cancelamento.

Alegam basicamente que o prêmio oferecido para que os fundos de pensão abram mão do controle da empresa é metade do que consideram justo, o que traria prejuízos aos fundos. As representações estão sendo entregues na Previc, órgão que fiscaliza os fundos; na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais; e no MPF, que atualmente investiga, na Operação Greenfield, investimentos dos fundos de pensão.

A movimentação de participantes de fundos, e não dos próprios fundos, questionando uma reestruturação societária diretamente em órgãos reguladores é algo novo no direito societário, segundo advogados especializados. Pelo que apurou o Estado, o movimento está concentrado em participantes da Funcef e Petros.

Os questionamentos, no entanto, estão sendo levantados tardiamente já que o plano de reestruturação já foi anunciado há quatro meses. A própria assembleia de acionistas foi convocada há quase 45 dias. Basicamente, o que está sendo proposto é que deixe de existir um acionista controlador, hoje a Valepar, e que os sócios da Valepar passem a deter ações diretamente na Vale, com um prêmio de 10% por abrirem mão do controle.

Ou seja, vão receber 10% mais ações do que já possuem hoje. Entre os sócios da Valepar estão o BNDESPar, a Bradespar, a Mitsui e os fundos Petros (Petrobrás), Funcef (Caixa) e Previ (Bancos do Brasil), reunidos em empresa chamada Litel. Adiamento. Na sexta-feira à noite, a CVM barrou o pedido de um grupo de minoritários, liderados pela Capital Fund, que queria adiar a assembleia.

No caso dos minoritários, eles entendem que a relação de troca não é justa e também acusam a Valepar de estar usando táticas coercitivas, impedindo que os acionistas preferencialistas pudessem tomar uma decisão livre e autônoma. A CVM, porém, rejeitou o pedido, entendendo que não foi possível formar convicção suficiente de que algo irregular estaria acontecendo. A CVM não conseguiu confirmar ao Estado, no fim de semana, se havia recebido questionamentos por parte dos participantes dos fundos de pensão. Procurados, Petros e Funcef não quiseram comentar o assunto.

No caso da Petros, o conselho fiscal pediu explicações sobre a operação e só vai receber os dados em julho, ou seja, após a assembleia de acionistas. No caso da Funcef, a diretora de previdência da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Fabiana Matheus, diz que foram feitos vários pedidos para entender a operação, sem respostas.

Segundo Fabiana, as informações que obtiveram foram com representantes da Previ. Ela diz que, por essas informações, a operação parece vantajosa, já que a relação de troca daria 7% mais ações ao fundo, haveria migração da empresa para o Novo Mercado e daria liquidez aos fundos para sair do investimento Vale. Hoje, as ações da Vale estão entre os principais investimentos dos fundos de pensão.

“Mas qualquer decisão sobre esse investimento deveria ser precedida de uma consulta aos participantes do fundo”. A Fenae não questiona a operação, mas critica a transparência da Funcef, que não teria entregue aos participantes

informações sobre a mudança que vai ocorrer num dos principais investimentos do fundo.

Já os participantes que questionam a operação em órgãos oficiais dizem que o fundo perderá com a operação, já que vai abrir mão do controle sem uma garantia de que a migração da empresa para o Novo Mercado trará ganhos para a empresa no futuro.

O diretor de relações com investidores da Vale, André Figueiredo, diz que a legislação impede que se faça projeções futuras, mas diz que foi feito um histórico de empresas que passaram pela migração ao Novo Mercado, onde existe mais governança, e que o ganho médio dessas empresas foi de 20%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Colômbia e Peru enfrentam veto popular à mineração

Dois dos principais motores econômicos do Peru e da Colômbia, os setores de mineração e hidrocarbonetos enfrentam resistência de populações locais que se opõem a projetos de exploração em consultas populares, em disputas que preocupam investidores.

No início do mês, 97% dos moradores do município colombiano de Cumaral, na Província de Meta, disseram não à exploração de petróleo na região. A decisão levantou preocupação das empresas do setor de petróleo, um dos principais itens de exportação do país.

Apesar de a consulta em Cumaral ter sido sobre exploração petrolífera, a maior parte dos referendos são sobre projetos de mineração. Em relatório deste mês, a consultoria Eurasia observa que "projetos de mineração têm enfrentado crescente resistência de comunidades locais devido a preocupações ambientais". Em março, 98% dos moradores do município de Cajamarca rejeitaram um projeto de exploração de ouro. No dia 9 de julho, as cidades de Arbalaez e Piajo passarão pelo mesmo tipo de consulta. O Ministério de Minas e Energia diz que 26 municípios querem convocar referendos sobre mineração, e outros 15 sobre exploração petrolífera.

A consulta a populações indígenas e tribais sobre exploração desses recursos está prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Países como Brasil e Peru são signatários, mas não regulamentaram o mecanismo. Na Colômbia, as consultas ganharam força com a decisão da Corte Constitucional no ano passado que deu às comunidades locais a prerrogativa de bloquear

atividades extrativistas de suas áreas, concedendo poder a autoridades subnacionais para barrar tais projetos. De acordo com a Constituição, no entanto, o que está no subsolo pertence ao Estado.

Para o colombiano Ariel Ávila, especialista em mineração do centro de estudos Fundação Paz e Reconciliação, a falta de regulamentação levou o país a um limbo jurídico, no qual as consultas são vistas como obstáculo aos investimentos. "Enquanto os referendos são tidos pelas empresas como um fator de insegurança jurídica, a sociedade os vê como um exercício democrático", afirma. "Precisamos de um marco regulatório mais claro. Ainda não sabemos onde se pode ou não explorar. E sem projetos de mineração, o Estado quebra."

Na Colômbia, o setor de mineração gera 175 mil empregos, corresponde a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) e a 20% do total de exportações. Quando somados, os setores de mineração e petróleo chegam a representar 12% do PIB. Já no Peru, a mineração corresponde a 12% do PIB e é responsável por 65% do total de exportações. Ainda que no Peru as consultas populares não se deem via referendo, comunidades locais participam de oficinas e audiências públicas antes de aprovar os projetos.

Com 3,8% de seu território destinado à exploração de minérios, a Colômbia produz principalmente carvão, ouro e prata. Enquanto multinacionais como BHP Billiton, Mitsui Mining & Smelting e a colombiana Ecopetrol atuam no setor de carvão e petróleo, a brasileira Gold Mining (ex-Brazil Resources) trabalha na exploração de ouro. A empresa possui cinco minas no Departamento de Antioquia. Atua no país ainda a Votorantim Siderurgia, que explora carvão, calcário e minério de ferro para consumo próprio, e afirma estar em "consonância com a legislação local". Procurada pelo **Valor**, a Gold Mining não respondeu.

O Peru, que destina 12,8% de seu território à atividade de mineração, produz principalmente cobre, ouro, zinco, prata e fosfato. Além das mineradoras como Minsur, Yanacocha, Buenaventura, Southern Copper Corporation, a Vale mantinha mina de fosfato em Piura, no norte, que vendeu para a americana Mosaic no fim de 2016.

Hoje a única empresa brasileira com participação expressiva no Peru é a Votorantim Metais, que detém 80,24% das ações da mineradora Milpo, que explora zinco, chumbo, cobre e prata.

A Votorantim Metais diz que "enxerga com naturalidade a participação das comunidades nos processos de licenciamento dos projetos" e que "nenhuma de suas operações está envolvida em conflitos sociais". O **Valor** apurou com fontes a par do tema, no entanto, que as consultas são motivo de preocupação. O Peru

é um "mercado-chave" para a expansão da empresa por ter grandes possibilidades de exploração, mas teria licenciamento ambiental muito rígido.

Um caso emblemático é o de Conga, no Departamento de Cajamarca. Tendo à frente a empresa americana Newmont e a peruana Buenaventura, o projeto de US\$ 5 bilhões está parado desde 2011 após impasse entre governo e comunidade local, que se opõe à exploração de ouro. O Projeto Tía María, de exploração de cobre em Arequipa, está parado desde 2010. O governo tentou retomá-lo em 2016, mas enfrentou protestos de moradores que reclamam do impacto ambiental e da baixa compensação financeira oferecida.

"Será muito difícil que investidores assumam projetos polêmicos como esses", diz Martín Belaunde Moreyra, especialista peruano em direito de mineração. "Sem regras claras que permitam às empresas investir, a tendência é a produção estagnar."

Especialista em recursos naturais da Eurasia, Divya Reddy lembra que multinacionais ainda buscam projetos para investir nos países. "É uma oportunidade para governos melhorarem o marco regulatório e atrair novos investidores."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Novo comando de Furnas

O conselho de administração da Eletrobras se reúne na sexta-feira. Um dos temas da pauta é a troca de comando em Furnas, segundo duas fontes ouvidas pelo **Valor**. O nome escolhido para substituir Ricardo Medeiros na presidência de Furnas é o do atual diretor de administração Júlio César Jorge Andrade, funcionário de carreira que começou a trabalhar na estatal em 1988. Fontes de Furnas atribuíram a indicação de Andrade para a presidência ao senador Romário (PSB-RJ). O **Valor** não conseguiu contato com o senador.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Victória Mantoan e Juliana Machado | De São Paulo

Título: Minoritário da Emae quer barrar acordo

Um grupo de investidores minoritários da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) tenta barrar acordo com a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo (Sabesp) em outubro para encerrar disputas judiciais sobre a

captação de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga. Eles comemoram ao menos uma vitória na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), após decisão da área técnica da autarquia impedindo o governo paulista de votar na assembleia que irá aprovar o acerto.

Com proposta de pagamento de R\$ 218 milhões à Emae, o acordo deveria pôr fim a uma antiga disputa entre as duas estatais, ambas controladas pelo governo do Estado de São Paulo. Mas, parcela de acionistas da Emae entende que os termos beneficiam a Sabesp em detrimento da elétrica.

Para ter validade, o acordo precisa ser aprovado em assembleia de acionistas da Emae. Na prática, o único sócio com poder de decisão é o governo estadual, pois é dono de todas as ações ordinárias (ON) da empresa, via Secretaria da Fazenda e via Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Todos os outros acionistas contam com ações preferenciais (PN), que não dão direito a voto.

Valor a ser pago em 26 parcelas anuais, mais R\$ 46 milhões em cinco vezes, é considerado baixo em relação à perda

Acontece que a área técnica da CVM declarou o governo e o Metrô impedidos de votar na assembleia, avaliando que o governo estaria conflitado em relação ao assunto. A superintendência de relações com empresas concordou com reclamações feitas por acionistas minoritários de que o interesse do governo na Sabesp se sobreporia ao seu interesse na Emae e deixou a cargo da empresa "considerar se irá facultar aos acionistas preferencialistas o direito de voto para essa deliberação". A análise da área é de que "o interesse patrimonial do controlador colide frontalmente com o interesse da Emae, na medida em que quanto menor for o valor pago pela Sabesp à Emae, mais benéfico o acordo será para o Estado de São Paulo".

A área técnica não avalia o teor do acordo em si, mas apenas possível benefício particular ou interesse conflitante do acionista e a decisão ainda é passível de recurso ao colegiado da autarquia. Mas, até agora, ela gera uma questão para a administração: no momento, ninguém pode votar o assunto - os donos das ações preferenciais não contam com esse direito e os donos dos papéis ordinários estão impedidos -, porém, se quiser fazer valer o acordo, a Emae precisa submetê-lo a aprovação. Esta é uma das condições previstas no próprio acordo.

Questionada, a Emae não respondeu se irá ceder o direito de voto aos acionistas preferencialistas, ou que outras providências irá tomar. O governo, por sua vez, não respondeu se acatará a determinação da área técnica da CVM, abstendo-se de votar na assembleia.

Com entrada de minoritários no jogo decisório, a peça importante passa a ser a Eletrobras, maior acionista fora do bloco de controle, com 94,8% das ações preferenciais da Emae e detentora de 39% do capital total da Emae. O **Valor** apurou que, ao menos, um investidor já entrou em contato com a elétrica federal para defender a importância de barrar o acordo.

A briga entre as estatais e dos minoritários com o controlador já foi objeto de ao menos um processo na CVM movido por investidores da Emae. Resultou impondo multa ao governo de São Paulo na qualidade de controlador da empresa por "deslealdade" em 2015.

A acusação destacava que 25% da água utilizada pela Sabesp no abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo vinha dos dois reservatórios, que são de propriedade da Emae. Alegava ainda que não havia remuneração por parte da Sabesp pelo uso. Um dos investidores calculou que o prejuízo anual sobre as receitas da geradora era de R\$ 120 milhões.

Um advogado de minoritário defende que se está "camuflando um acordo de compartilhamento de infraestrutura como uma transação de resolução de litígio". Os valores definidos - pagamento de R\$ 6 milhões anuais à Emae por 26 anos, e mais R\$ 46,27 milhões, em cinco parcelas anuais - é considerado "muito aquém" do prejuízo causado à companhia de energia. A Sabesp não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Paula Selmi | De São Paulo

Título: Ana Veloso deixa Light após conflito com controlador

Apenas dois dias depois do anúncio de que a Cemig vai vender toda sua participação na Light, a presidente da companhia carioca, Ana Marta Veloso, apresentou na sexta-feira seu pedido de renúncia da presidência. O principal motivo teria sido sua insatisfação com o poder exercido pela Andrade Gutierrez (maior sócia privada de sua controladora Cemig) nas decisões do conselho de administração, disse ao **Valor** uma fonte próxima da situação.

O nome do sucessor de Ana Marta deve ser anunciado entre hoje e amanhã, com a missão de concluir a venda da companhia.

A decisão da executiva, que surpreendeu o setor, foi tomada na manhã de sexta-feira. Segundo a fonte, desde que Ana Marta assumiu o comando da companhia, em 2015, ela vinha sofrendo uma oposição grande dos representantes da Andrade Gutierrez no bloco de controle.

O descontentamento já vinha há algum tempo, mas a gota d'água que causou o pedido de demissão teria sido um conflito entre a administração e o bloco de controle sobre a emissão de R\$ 400 milhões em debêntures. O bloco de controle questionou a operação, estruturada para mitigar as necessidades de capital da companhia, pedindo uma reavaliação das condições financeiras.

"Eles fizeram a provocação de falar que a emissão não poderia ser aprovada sem antes a companhia esperar uma melhora na taxa de juros, devido à melhora nas condições de mercado", disse a fonte, sob a condição de anonimato.

Em manifestação na ata da reunião do conselho, no entanto, a administração da companhia defendeu que as taxas, prazos e condições apresentadas para a emissão eram a melhor alternativa para a Light, devido ao rating de crédito da companhia.

Ana Marta já estava descontente com a suspensão da emissão de ações da Light, que tinha sido proposta no início do ano mas foi suspensa pela Cemig. "Aquilo foi torpedeado pela Andrade Gutierrez", disse a fonte.

Decisão da Cemig de vender a Light teria ajudado executiva a decidir pela renúncia do comando da companhia

Outro fator que aumentou sua insatisfação com o bloco de controle foi a decisão da Cemig de venda da participação na Light, que foi informada em cima da hora à executiva, sem justificativas ou agradecimentos ao seu trabalho.

Após o anúncio da sua renúncia, a reunião do conselho tomou ares "dramáticos", com os demais conselheiros pedindo que ela reconsiderasse a decisão.

Em manifestação anexada à ata do encontro, o conselheiro independente Ricardo Reisen declarou que a renúncia de Ana Marta estaria relacionada ao modelo de governança da companhia e ao poder exercido pelo bloco de controle nas tomadas de decisão, a despeito das prioridades da administração.

Segundo a ata, durante a reunião, Reisen manifestou que a saída de Ana Marta refletia o modelo estruturado, "com ênfase em decisões continuamente tomadas por orientação de voto pelo bloco de controle de forma tempestiva e sem participação da administração da companhia nas suas decisões". Ele disse ainda que, de maneira sistemática, assuntos prioritários aos interesses da companhia são retirados de pauta, e decisões são adiadas ou revistas, sem explicações para isso.

"Embora tais atos do bloco de controle possam ser entendidos como soberanos e como prática normal de negócios, a regularidade, a falta de transparência e a

comunicação equivocada de tais atos em muitos casos enseja preocupação e atenção", disse o conselheiro independente.

A Cemig tem, entre participações direta e indireta, 43% das ações da Light. Considerando a fatia dos bancos Votorantim, Banco do Brasil e Santander (que formam o FIP Redentor com a Cemig), a fatia do bloco de controle é de 52% da companhia.

A estatal mineira sempre resistiu à possibilidade de venda do controle da companhia, mas foi obrigada a tomar essa decisão devido à severa crise financeira que enfrenta. Apenas este ano, a Cemig tem quase R\$ 5 bilhões em dívidas vencendo. A companhia precisa ainda de recursos para fazer frente à opção de venda exercida pelos bancos contra a companhia na Light, que vence em novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Petrobras e Sete Brasil

A Petrobras informou, na sexta-feira, que sua diretoria executiva autorizou a companhia a participar de novo processo de negociação com a Sete Brasil. A companhia afirma, no entanto, que o resultado das tratativas, qualquer que seja, estará sujeito às normas de governança corporativa, bem como à aprovação pelos seus órgãos competentes. A decisão vem em resposta a pedido da Sete Brasil - em recuperação judicial -, que tentava retomar as negociações com a estatal para viabilizar os contratos de afretamento de sondas para o pré-sal. A Petrobras questionava, sobretudo, os valores previstos nos contratos, embora seja uma das sócias da Sete Brasil.

MME / ASCOM .